O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 51 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10951397

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

RACISMO E SEXISMO COMO OPRESSÕES DIRECIONADAS A MULHERES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA (2003-2023)

Juliana Murta de Lima[1]

James Ferreira Moura Júnior[2]

Resumo

Racismo e sexismo são marcadores de opressão que incidem diretamente nas experiências de vida de mulheres negras. Quando colocadas no contexto de mulheres quilombolas a situação se agrava pelo surgimento de outros marcadores de opressão que atuam interseccionalmente colocando essas mulheres em posições de vulnerabilidade. Quando colocado dentro de uma perspectiva interseccional, o contexto fica ainda mais doloroso para mulheres negras quilombolas, pois são atravessadas simultaneamente por diferentes formas de opressão. O objetivo deste estudo é mapear e analisar a produção científica acerca dos marcadores do racismo e do sexismo como marcadores de opressão direcionados a mulheres negras quilombolas nos últimos vinte anos. O estudo traz uma revisão da literatura, realizada por meio do levantamento bibliográfico de artigos publicados nas bases de dados SciELO, PubMED e Lilacs no mês de março de 2024 incluindo artigos em português, inglês e espanhol, utilizando como descritores "quilombo" e "mulheres quilombolas". Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 22 artigos. Como parte das conclusões deste processo de revisão, destaca-se o fato de ainda termos poucos estudos sobre como o racismo e o sexismo, interseccionados, interferem nas experiências de vida de mulheres negras quilombolas de maneira específica.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas; Racismo; Sexismo.

Abstract

Racism and sexism are markers of oppression that have a direct impact on the life experiences of black women. When placed in the context of quilombola women, the situation is exacerbated by the emergence of other markers of oppression that act intersectionally, placing these women in positions of vulnerability. When placed within an intersectional perspective, the context becomes even more painful for black quilombola women, as they are simultaneously crossed by different forms of oppression. The aim of this study is to map and analyze scientific production on the markers of racism and sexism as markers of oppression directed at black quilombola women over the last twenty years. This study brings a literature review, carried out through a bibliographic riview of articles published in the SciELO, PubMED and Lilacs databases in March 2024, including articles in Portuguese, English and Spanish, using "quilombo" and "quilombola women" as descriptors. After applying the inclusion and exclusion criteria, 22 articles were selected. As part of the conclusions of this review process, I would highlight the fact that we still have few studies on how racism and sexism, intersecting, interfere in the life experiences of black quilombola women in a specific way.

Keywords: Quilombola Women; Racism; Sexism.

[1] Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: julianamurtadelima@gmail.com

[2] Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Psicologia. E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O racismo e o sexismo são marcadores de opressão presentes na estrutura da sociedade brasileira. Quando intersecionados colocam a mulher negra em posição de extrema vulnerabilidade colocando-as, estruturalmente no lugar mais inferior da sociedade.

São essas mulheres que enfrentam os maiores obstáculos para inserção no mercado de trabalho, e que, quando inseridas, ocupam vagas de subempregos, o que reflete em vários fatores de sua vida, como: saúde, educação, poder aquisitivo e acesso à informação.

Em suma, a mulher quilombola é atravessada, simultaneamente, por várias categorias de opressão e ainda há uma enorme lacuna quando o assunto é compreender como essas categorias de opressão se interseccionam e, assim, violentam essas mulheres. Tais opressões impactam a vida e o bem-estar de mulheres negras e muitas sequer sobrevivem a violência perpetrada pela estrutura do país.

Neste contexto, em situação ainda mais grave, estão as mulheres negras quilombolas que têm enfrentado discriminações e violências de forma histórica. O racismo e sexismo incidem de forma especificas para essas mulheres em suas comunidades. Trata-se da sobreposição de diferentes faces destes marcadores de opressão simultaneamente.

Por essa razão, tornam-se necessários e relevantes estudos que evidenciem a situação em que essas mulheres foram colocadas para que a partir deles seja possível pensar em estratégias de mudança. Além disso, na literatura ainda existem poucos estudos que abordam como tais opressões incidem na vida dessas mulheres apontando para a necessidade de identificar o que já foi produzido e quais as lacunas de pesquisa no que diz respeito a este tema.

Diante disso, o objetivo deste estudo é mapear e analisar a produção científica acerca dos marcadores do racismo e do sexismo como marcadores de opressão direcionados a mulheres negras quilombolas nos últimos vinte anos. Metodologicamente, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura nas bases de dados SciELO, PubMED e Lilacs. Pretendeu-se identificar as características dos estudos disponíveis – desde metodologias as abordagens realizadas sobre o tema, conceituação e localidade das pesquisas.

O texto está dividido em alguns momentos: a) primeiro, uma breve discussão sobre os marcadores de opressão abordados neste artigo a partir do referencial teórico-conceitual, em seguida, b) são abordados os aspectos metodológicos de base do estudo e o passo a passo realizado para seleção dos artigos analisados nesta revisão bibliográfica; c) posteriormente, são analisados os elementos gerais dos estudos encontrados, tais como local do trabalho, tipo de pesquisa, metodologia escolhida, maneiras de abordar o tema e quais os principais objetivos, d) em um quarto momento, foram realizadas as análises

do material das pesquisas encontradas, objetivando perceber consonâncias e dissonâncias no que diz respeito aos atravessamentos de raça, gênero e seus desdobramentos na vida da mulher quilombola; d) por fim, são apresentadas as contribuições práticas dos estudos selecionados para a elaboração de políticas de cuidado, igualdade e saúde da mulher quilombola.

Encerrando este estudo, é apresentada uma síntese dos achados e das reflexões aqui presentes e explanadas as limitações deste estudo. Além disso, são abordados os futuros caminhos de pesquisa sobre a temática racial e de gênero no contexto de vida de mulheres quilombolas.

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

As narrativas racistas e patriarcais que invisibilizam a história de luta e resistências de mulheres negras marcam a história do Brasil (BRAMBILLA, 2020). A formação dos quilombos este país, que sustentou por mais tempo o lugar de Estado escravocrata, surgiu como estratégia de resistência de uma população que, desde o falso descobrimento por Portugal em 1500, estava sendo retirada dos seus países de origem para viver sob a condição de escravizados no Brasil. A princípio, tratava-se de uma maneira de protestar e se libertar da escravização. Atualmente as comunidades quilombolas e, em especial as mulheres quilombolas, carregam consigo, além da luta, a memória, a simbologia e a ancestralidade em seus territórios (DEALDINA, 2021).

Os processos de aquilombamento e de identificação como mulher negra quilombola seguem, então, sendo significado de luta e resistência negra no Brasil desde a formação dos primeiros quilombos até os dias de hoje. Trata-se do país onde a pobreza, a miséria e a desigualdade têm raízes na questão racial e remontam à própria criação do Estado que tem o racismo como estruturante da chamada "sociedade brasileira" (THEODORO, 2022). Também imbricado na estrutura do país, há o sexismo colocando as mulheres quilombolas em posições de subalternidade. A mulher quilombola sofre uma dupla discriminação tendo diferentes marcadores de opressão incidindo sobre suas experiencias de vida. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental da discussão sobre esse tema para a elaboração de políticas de cuidado, reparação e proteção a mulheres quilombolas.

Racismo e Sexismo são, em si, problemas globais. Apesar dos avanços conquistados em alguns países, esses marcadores de opressão seguem sendo estruturantes em diversas sociedades, inclusive no Brasil (ALMEIDA, 2018). Pode-se compreender o racismo como uma "forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (ALMEIDA, 2019, p. 22) que transcende o nível individual sendo, portanto,

estruturante da sociedade brasileira. O racismo, então, não é a exceção, mas a regra, não é o "patológico", mas o "normal" que estrutura como o país vai funcionar em diversos aspectos – social, econômico, laboral etc. – colocando uma raça, a negra, em detrimento de uma outra, a branca. O sexismo possui essa mesma lógica, mas a partir de uma segregação de gênero onde a mulher é vista como inferior ao homem (HOOKS, 2015).

Em 2023, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, a equipe do Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al*., 2021) elaborou um material com os dados referentes a violência contra a mulher e, neles ficaram evidentes as marcas do sexismo e racismo, juntas, internacionalmente demonstrando que os dois marcadores de opressão podem estar presentes de maneira simultânea causando um estrago ainda maior. De acordo com o material, foram, no ano de 2018, cerca de 4.595 mulheres assassinadas, o que significa a morte de uma mulher a cada duas horas no país. Além disso, o material aponta que, em 2019, 66% das mulheres assassinadas eram negras e o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7% maior do que o de uma mulher não negra.

Estes dados demonstram que ser mulher e negra no Brasil, além de carregar estereótipos e estigmas relacionados ao racismo e ao sexismo, é estar, constantemente com suas vidas sendo colocadas em risco, afinal, são elas o principal alvo de violências físicas e psicológicas, são elas que são subjugadas e que têm seus corpos hipersexualizados e desvalorizados. No caso de mulheres quilombolas todas essas questões tornam-se ainda mais evidentes uma vez que, reconhecendo suas especificidades, devemos incluir na lista de opressões das quais elas são submetidas outros aspectos como o racismo ambiental, questões referentes a conflitos territoriais e fundiários, direito a propriedade e a própria invisibilização que foi imposta por séculos as comunidades quilombolas (SOUSA *et al*., 2021).

Além disso, são as mulheres quilombolas as responsáveis pela maior parte das atividades de administração e cuidado dos quilombos e da manutenção da cultura afro transmitindo, geração após geração, valores sociais, políticos, religiosos, culturais, medicinais e educacionais da comunidade (DEALDINA, 2021). Maria Rosalina, membro da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ), em uma entrevista para a Organização das Nações Unidas Mulheres (2017, p. 8), fala sobre a realidade da mulher quilombola do Brasil:

> As questões mais graves que nós, mulheres, enfrentamos são as faltas de acesso às políticas públicas: terra, educação, saneamento básico, saúde, transporte, água, cultura, segurança para as mulheres. As políticas públicas não chegam aos quilombos como são colocadas no papel e, quando chegam, nós não nos reconhecemos dentro delas (...) as mulheres quilombolas são as detentoras dos saberes tradicionais, das rezas, da medicina natural e comidas típicas. Foram e são importantes na organização social, produtiva e de estratégias de resistência.

Em consonância com a fala de Maria Rosalina, Sousa, Lima, Sousa (2021) apontam que, quando se fala sobre o quilombo, pouco é dito sobre o papel da mulher dentro dele, entretanto, ela é o pilar da comunidade e a maior parte das lideranças realizadas dentro da comunidade são das mulheres. Além disso, ela carrega a trajetória de luta e resistência dos quilombos na linha de frente, trabalha no roçado, em papéis de cuidado, na saúde e na transmissão dos saberes originários.

Ao assumir todos esses papéis, elas tornam-se mais uma vez, alvos do machismo, ficam expostas a mais cobranças, ameaças, críticas e situações de invisibilidade. Esse cenário se repete dentro e fora da comunidade, em todos os espaços frequentados pelas mulheres quilombolas (SOUSA *et al*., 2021). Por essa razão, este estudo objetiva identificar tais lacunas por meio da realização de uma revisão de literatura acerca dos atravessamentos de raça e de gênero na vida de mulheres quilombolas adotando alguns critérios de inclusão e exclusão que serão abordados na seção de "Metodologia".

Todos estes dados refletem a dinâmica de um país que, desde a sua fundação, carrega a lógica colonial como base para toda a sua maneira de funcionar e se estruturar. O genocídio dos povos originários, o feminicídio, a opressão aos corpos considerados fora da "norma", são práticas que configuram uma Política de Estado, agravada durante o período de 2019-2022 que teve, como presidente do país um homem branco da extrema direita e que discursou, diversas vezes, em rede nacional contra mulheres e negros: "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano é 'gastado' com eles" (sic). Como é desenhada a história de vida de uma população que vive em um país onde sua autoridade maior legítima diversas formas de violência?

Neste contexto, se faz necessário identificar e avaliar a produção científica disponível para compreender como o racismo e o sexismo interferem, especificamente, nas experiências de vida de mulheres quilombolas.

METODOLOGIA

Para analisar a produção científica acerca dos atravessamentos raciais e de gênero na saúde de mulheres quilombolas foi realizada uma revisão da literatura, a qual se enquadra dentro das pesquisas qualitativas em psicologia que implica ênfase em aspectos subjetivos relacionados aos seres humanos e fenômenos sociais. É um tipo de pesquisa que se preocupa em estudar aspectos não quantificáveis.

A revisão da literatura neste estudo é etapa fundamental de pesquisas acadêmicas dado o rigor científico e metodológico adotados por este método. Além disso, ela evita a duplicação de pesquisas, o reaproveitamento e a aplicação de dados já produzidos em novos estudos, além de permitir uma

avaliação exaustiva do que já foi produzido sobre determinado tema, o que permite identificar também quais são as lacunas e limites das produções.

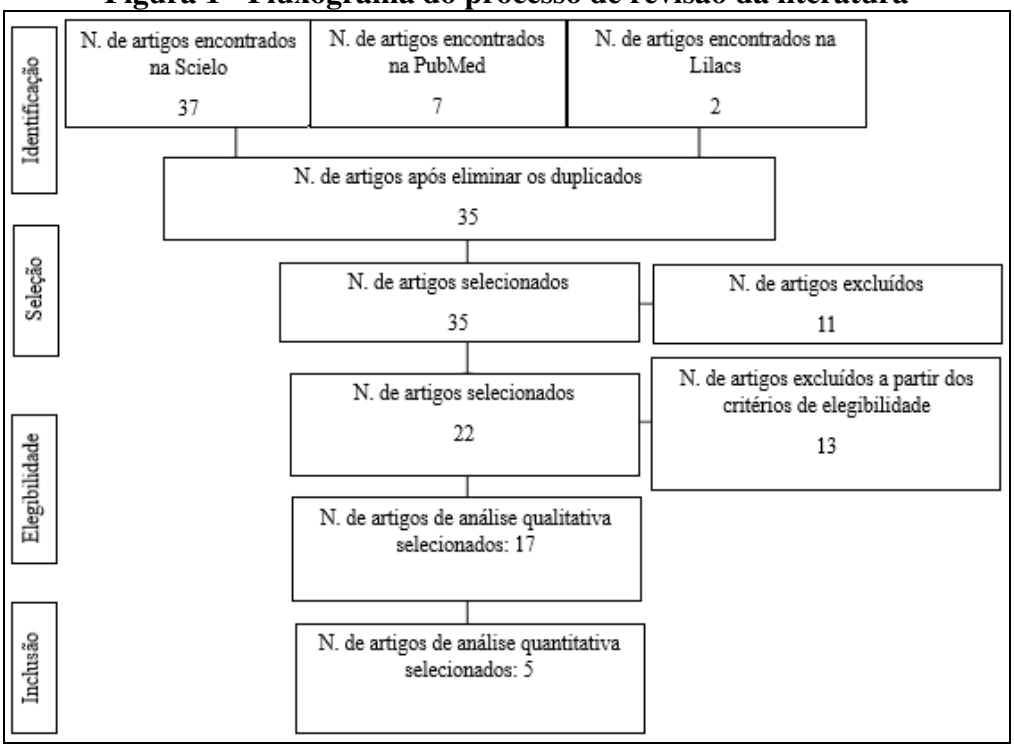
Esta revisão da literatura segue protocolos de pesquisa específicos cujo principal objetivo é estudar e analisar, a partir de um ponto de partida específico, um grande corpus documental. Para tanto, ela evidencia as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, quais foram as estratégias de busca empregadas em cada base, qual foi o processo de seleção dos artigos e seus critérios de inclusão e exclusão, além do processo realizado para analisar os dados encontrados em cada artigo.

Dado o rigor metodológico necessário para a construção desta revisão bibliográfica da literatura, foram utilizados critérios básicos do protocolo PRISMA (MOHER *et al*, 2009), como checklist de itens e fluxograma de filtragem de texto, mesmo não apresentando uma revisão sistemática ou uma meta-análise (PAGE *et al*, 2022).

Quanto ao processo da revisão da literatura realizado, reunimos os artigos produzidos sobre mulheres quilombolas dos últimos 20 anos. A escolha por reunir somente os artigos, não considerando livros, dissertações, teses e outras produções se deu pela necessidade de utilizar material acessível, livre e sem custos adicionais para todos que se interessam pelo assunto. Foram selecionados os indexadores Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), National Center for Biotechnology Information (PubMED) e Scientific Electronic Library Online (Scielo) incluindo os artigos disponíveis em inglês, português ou espanhol em revistas nacionais e internacionais. Além disso, foram selecionados critérios de inclusão e exclusão dos artigos: a) inclusão: os artigos adotados para esta revisão deveriam partir da temática de mulheres quilombolas e abordar, direta ou indiretamente, o assunto a partir de gênero e/ou raça; b) exclusão: artigos que abordem o tema de maneira estritamente teórica, como artigos de revisão bibliográfica e/ou não abordam, direta ou indiretamente, o assunto a partir de gênero e/ou raça.

Sobre o detalhamento do processo de revisão da literatura, primeiramente, foram realizadas buscas gerais com os descritores “quilombo” AND “mulheres” AND “quilombolas” (português), “mujeres” AND “quilombolas” (espanhol) e “quilombola” AND “woman” (inglês) nas bases indexadoras Scielo, PubMed e Lilacs a fim de selecionar os artigos produzidos nas três línguas. Foram encontrados, no dia 18 de marco de 2024, data da realização desta pesquisa, 47 artigos, sendo 7 na PubMed, 37 na Scielo e apenas 2 na Lilacs. Destes, onze apareceram na listagem duplicados, totalizando 36 artigos diferentes. Ao analisar os artigos a partir dos critérios de inclusão, 13 foram excluídos por não abordagem nem direta e nem indiretamente o tema a partir de uma leitura de gênero e/ou raça, restando vinte e dois artigos a serem analisados nesta revisão de literatura, 17 de natureza qualitativa e 5 de natureza quantitativa (figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do processo de revisão da literatura



Fonte: Elaboração própria

Após a leitura integral dos textos, foram selecionados 22 artigos científicos escritos em português, inglês e espanhol que tinham como foco "mulheres quilombolas" e abordavam, direta ou indiretamente questões relacionadas à raça e gênero e não eram de cunho estritamente bibliográfico em seu texto.

CONHECENDO A LITERATURA DISPONÍVEL

Apesar de as buscas terem sido feitas entre o período entre 2003 e 2023, não foram encontradas produções sobre mulheres quilombolas com os critérios aqui estabelecidos antes de 2010. Além disso, entre 2010 e 2019 só foram identificadas 7 publicações, sendo duas delas em 2010, uma em 2014 e 2015 e 2018 e duas em 2019, não sendo encontrados artigos nos anos restantes. O período com o maior número de publicações foi 2020 – 2022, sendo quatro artigos em 2020, cinco em 2021 e seis em 2022. Em 2023, até o momento da pesquisa, realizada em abril, só havia sido publicado um artigo. Destaca-se um aumento na produção de conhecimento sobre mulheres quilombolas nos últimos anos, entretanto, ainda são escassos os estudos que avaliam a interferência do racismo e/ou do sexismo como marcadores de opressão que atravessam a saúde e a produção de subjetividade dessas mulheres. Esta escassez dificulta a estruturação de intervenções e para a construção de políticas públicas voltadas a essas mulheres além de, consequentemente, atuar na manutenção dessas estruturas de opressão.

No que diz respeito aos locais onde foram realizados os estudos encontrados, a maior parte das produções são do Sul, com seis artigos, e do Sudeste do país, com cinco artigos. Nenhuma das produções foi realizada na região norte do Brasil, uma é do Centro-Oeste (Brasília) e duas do Nordeste (ambas em Salvador – Bahia). Quanto ao tipo de metodologia utilizada nas produções, foram 17 artigos de natureza qualitativa e somente 5 de natureza quantitativa.

Adentrando agora na seara metodológica dos artigos encontrados observa-se o predomínio de delineamentos qualitativos em relação aos quantitativos ou mistos. No que diz respeito aos estudos quantitativos, foram utilizados instrumentos como escalas, formulários estruturados, testes (NASCIMENTO *et al*., 2022); (MARQUES *et al*., 2022) e aplicação de questionários (FERNANDES *et al*., 2020).

Nos estudos qualitativos foram utilizados diversos instrumentos tais como a realização de entrevistas abertas, escrevivências e elaboração de photovoice (PEREIRA *et al*., 2022), foram realizadas pesquisas-ação com rodas de conversa e entrevistas (SOARES, 2021); (URPIA *et al*, 2021); (FERNANDES *et al*., 2020), visitas domiciliares e práticas grupais (FÉLIX-SILVA *et al*., 2019), Observação-Participação-Reflexão com registros em diário de campo e guia etno demográfico (SANTOS; NASCIMENTO, 2019), narrativas biográficas, observação participante e entrevistas com os sujeitos (FERREIRA *et al*., 2020) e círculos de cultura (DURAND; HEIDEMANN, 2020).

Tendo sido feitas estas análises com o objetivo de realizar uma caracterização geral das produções encontradas e selecionadas para esta revisão bibliográfica, será realizada a análise do(s) conceito(s) de racismo e/ou sexismo com os quais trabalharam os autores dos artigos, para, em seguida, identificar como estes marcadores de opressão interferem na vida de mulheres negras quilombolas a partir das pesquisas já realizadas até então.

CONCEITUAÇÃO DE RACISMO E SEXISMO

Identificar semelhanças, dessemelhanças e a própria existência das definições conceituais de racismo e sexismo nos artigos foi um dos objetivos desta revisão da literatura. Tal necessidade se dá pelas diferentes maneiras de abordar tais temas que, consequentemente, levam o leitor a conclusões distintas acerca da compreensão dos fenômenos e de como eles interferem na realidade do país. Antes de iniciar o relato daquilo que foi encontrado nos artigos, cabe destacar que, ainda que todos os artigos selecionados abordem o racismo e/ou o sexismo na vida de mulheres negras quilombolas, o termo "racismo" apareceu em dez dos 17 artigos e o termo "sexismo" somente em 6 desses artigos enão foram

realizadas conceituações e/ou definições dos termos, os fenômenos apenas foram citados ao longo do texto.

Antes de entrarmos nas conceituações trazidas pelos estudos, é relevante apontar que, de modo geral, os conceitos de racismo e sexismo são ora tratados a partir de uma perspectiva polissêmica, temporal e espacial, ora são tratados como conceitos generalistas e conhecidos por todos dispensando maiores explicações, como foi constatado em muitos dos estudos e será mais bem explanado a frente.

"Racismo" possui diferentes definições, mas que partem de um ponto comum: a crença de que existe uma raça superior, a saber a branca e, que, consequentemente há idelogicamente uma raça inferior que deve ser naturalmente marginalizada e subalternizada (MUNANGA, 2020). Além do conceito geral, atualmente são utilizados termos específicos para tratar do racismo em determinados contextos: Almeida (2018) entende que o racismo como estrutural, ou seja, como um fenômeno que está na base de toda a sociedade, desde questões políticas, sociais e culturais. Dito de outra maneira, diferente das conceituações gerais que tratam o racismo como "exceção" ou discriminações específicas contra a comunidade negra, o racismo estrutural entende que a sociedade é racista em sua plenitude, que o racismo estrutura está enraizado e é reproduzido consciente e inconscientemente pela sociedade.

A partir da ideia de racismo estrutural, também temos o racismo institucional, que compreende que as próprias instituições, estado, igreja, família, são estruturas racistas e que, em seu funcionamento, fortalecem esse marcador de opressão (ALMEIDA, 2018). Há também o racismo recreativo, onde a crença de superioridade entre as raças vira objeto de entretenimento, de humor, ainda que signifique danos psíquicos e sociais à comunidade negra (MOREIRA, 2019). Além destes existem outras conceituações que partem do mesmo princípio, mas que são elaboradas a partir de diferentes contextos, como o religioso, o ambiental etc.

Quanto ao significado do conceito de sexismo, de modo geral, trata-se do preconceito baseado no sexo onde o sexo masculino é visto como superior ao feminino. Assim como no conceito de racismo, o sexismo possui desdobramentos, como o sexismo hostil, tido como o mais violento onde são propagadas ideias e comportamentos hostis a mulheres. Um exemplo de sexismo hostil é a chamada misoginia, entendida como ódio às mulheres. Há também o sexismo institucional que se reproduz em instituições onde a política, a lei e as regras propagam a ideia de que o sexo masculino é superior ao feminino, entre outros. É possível estabelecer um paralelo entre racismo e sexismo, pois

> se o racismo justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre a outra, o sexismo justifica e pressupõe a supremacia de um sexo sobre o outro. Logo, tais formas de preconceito não são fenômenos exclusivos mutuamente. E juntos eles compreendem sistemas sociais intimamente prejudiciais, distintos e emaranhados de dominação e privilégio em benefício próprio que estruturam a incorporação das desigualdades sociais (AMORIM *et al*., 2021, p. 253)

Agora, nos debruçamos dos artigos selecionados avaliando a presença ou não da conceituação dos termos ao longo do texto e, diante da presença, a partir de que definição eles são trabalhados. Somente cinco artigos (SOARES, 2021; FERREIRA *et al*., 2020; SANTOS; NASCIMENTO, 2019; SILVA *et al*., 2019; RISCADO *et al*., 2010) trouxeram conceituações acerca do que é racismo e/ou de algum dos tipos de racismo existentes e nenhum dos artigos selecionados trouxe, em seu texto, definições específicas do conceito de sexismo ainda que abordassem o fenômeno de maneira direta.

No artigo "Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas" (2020) as autoras, para analisar como um grupo de mulheres da Comunidade Quilombola Mato do Tição, da Região metropolitana de Belo Horizonte, compreendem o ser "mulher quilombola" na construção de suas identidades, abordam o racismo e o sexismo como fenômenos estruturantes desse processo. Para tanto, elas conceituam o racismo citando Hall:

> que propõe uma concepção mais ampla do racismo, "que conheça a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados" (HALL, 2013, p. 69). Nas desigualdades sociais que marcam a realidade de grupos tratados com "étnicos" ou "raciais", operam-se duas lógicas do mesmo racismo, apesar de sofrerem "combinações diferentes e sejam [serem] priorizadas distintamente, de acordo com o contexto ou a relação a diferentes populações subjugadas" (FERREIRA *et al*., 2020, p. 9).

Neste mesmo artigo, sem citar a interseccionalidade diretamente, as autoras entendem a necessidade de compreender os dois fenômenos de maneira interseccional, enfatizando que o contexto das mulheres está ligado às condições históricas marcadas pelo racismo, pelo sexismo e pela exclusão social simultaneamente. As autoras citam o sexismo, mas não trazem nenhum conceito do fenômeno.

No artigo "Proposições de cuidado cultural à enfermagem frente a aspectos da saúde reprodutiva de mulheres quilombolas" as autoras entendem que "O racismo se situa como um determinante social que potencializa suas dificuldades de acesso à saúde reprodutiva de qualidade. Este fato ocorre não só pela oportunidade de acesso, mas também pela possibilidade de distribuição de benefícios e oportunidades aos variados grupos, tendo como ponto de partida o caráter racial" (SANTOS; NASCIMENTO, 2019, p. 2). Neste artigo não houve nenhuma citação direta ao sexismo.

Em "A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política" aparece o conceito de "Racismo Institucional" a partir da compreensão do racismo como uma das consequências do processo de colonização. Para as autoras, o Racismo Institucional é uma ideologia sistêmica, violenta que atravessa a construção do que se entende como cultura e política, além de estar na vida subjetiva, vincular, social e institucional das pessoas (FÉLIX-SILVA *et al*., 2019).

Marques *et al*. (2022) abordam o racismo como estrutural, aquele que molda, estrutura, que está na base da sociedade e atravessa a vida social, conceito já citado aqui a partir do seu precursor, Almeida (2018). Neste estudo os autores entendem que, se o racismo estrutura a sociedade, ele é capaz de moldar o comportamento de todos, inclusive de mulheres negras quando se tornam mães e precisam ensinar suas filhas a estarem o tempo inteiro vigilantes diante da possibilidade constante de sofrer com o racismo. Neste mesmo artigo não há nenhuma conceituação acerca do significado de sexismo, mas há menção a ele analisando como o "a cultura das comunidades quilombolas é embasada em normas sociais e culturais e poderá ser repassada de mães para filhas em diversos aspectos, devido às questões relativas a sexismo, patriarcado e gênero" (ALMEIDA, 2018, p. 3). Apontando para o mesmo entendimento de que o racismo está atrelado ao cotidiano estruturalmente, Neto, Lima e Oliveira (2022) entendem o racismo como um marcador de opressão que coloca a população negra em condições de subalternidade, de ataques constantes e cotidianos.

O artigo "Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas" aborda outras dimensões do racismo, a saber, o racismo ambiental, também citado por Urpia *et al.*, (2021, p. 527), que é entendido como o processo de discriminação a territórios racializados onde

> o Estado aparece como agente direto do capital. É com o aparato, sobretudo, da polícia militar que, muitas vezes, fazendeiros, funcionários do agronegócio, de mineradoras, hidrelétricas ou de outros empreendimentos capitalistas chegam a esses territórios ameaçando, intimidando, violentando e sempre desrespeitando direitos dos quilombolas.

Soares (2021) destaca também o conceito de racismo religioso, que está ligado a processos de demonização das culturas diaspóricas e ameríndias e as religiões de matrizes africanas.

OPRESSÕES DIRECIONADAS A MULHERES QUILOMBOLAS

Fernandes *et al*. (2020) apontam que as experiências vividas pelas mulheres quilombolas são atravessadas pela intersecção de diferentes formas de opressão – tais como gênero, raça e classe. Estes marcadores violam o acesso aos direitos e o respeito de sua autonomia, além de naturalizar violências psicológicas, físicas, patrimoniais, territoriais etc. Neste mesmo sentido, Cruz (2010) em seu artigo fruto de uma pesquisa realizada na comunidade quilombola Vale do Guaporé, aponta para a invisibilidade sofrida pela população negra do território na historiografia regional chamando atenção para a discriminação ainda maior sofrida pelas mulheres, alvo de uma tripla opressão: de classe, de raça e de gênero. A autora destaca que os trabalhos realizados por essas mulheres são, historicamente, invisibilizados e/ou consideradas "ajuda" e/ou "auxílio" para as atividades dos homens e compreende

que esse comportamento é parte de um processo de relação de poder sustentada pelas opressões supracitadas.

Tais opressões são responsáveis por colocar as mulheres em condições precárias de acesso a saúde como apontado por Riscado *et al*., (2010) ao pesquisar as formas de violência racial e de gênero e o comportamento das mulheres quilombolas diante das DST/aids em Comunidades Remanescentes de Quilombos em Alagoas. Os resultados do estudo apontaram para as precárias condições de vida, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a falta de prática preventiva para as doenças sexualmente transmissíveis. O mesmo é apontado por Silva *et al* (2021) afimando que a população quilombola brasileira ainda é diariamente submetida à marginalização social tendo como consequência o acesso limitado às políticas públicas e ilimitado a experiencias de racismo o que resulta em indicadores sociais e de saúde mais desfavoráveis do que a população em geral.

No artigo "Autonomia na saúde reprodutiva de mulheres quilombolas e fatores associado" os autores afirmam que a intersecção entre a violência racial e de gênero unidas ao racismo institucional são fatores determinantes na qualidade da assistência prestada às mulheres negras violando os direitos humanos e a própria regra de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro que exige que o atendimento seja igualitário e que parta do princípio da equidade (FERNANDES *et al*., 2020). Além disso, os autores afirmam que o sexismo, que têm como aliado o patriarcado, compromete a construção e a manutenção da autonomia das mulheres, situação evidenciada nos atendimentos do SUS e que é agravada quando colocada no contexto de mulheres negras quilombolas:

Dessa maneira, a violência racial e de gênero atrelada ao racismo institucional, que determinam a assistência prestada às mulheres negras, bloqueiam o alcance da equidade em saúde e violam os direitos humanos. Em se tratando das mulheres quilombolas, as condições geográficas das comunidades onde residem, quase sempre localizadas em áreas rurais, representam mais uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, junto com a segregação histórica dessas comunidades, contribuem para maximizar os danos recorrentes a essa parcela da população (FERNANDES *et al*., 2020, p. 2).

Em convergência com o artigo de E. Fernandes et al., (2020) um outro estudo sobre autonomia reprodutiva de mulheres quilombolas intitulado "Transmissão intergeracional entre mães e filhas quilombolas: autonomia reprodutiva e fatores intervenientes" aborda o impacto do racismo estrutural na vida e nas relações entre mãe-filha nos quilombos uma vez que "mães negras enfrentam diariamente a probabilidade de suas filhas serem tratadas injustamente em decorrência de sua raça, exigindo que elas mantenham níveis excessivos de vigilância diante do implacável racismo estrutural, cultural, institucional e interpessoal" (MARQUES *et al*., 2022, p. 9).

Ainda sobre a autonomia reprodutiva, o artigo "Condições de vida de mulheres quilombolas e o alcance da autonomia reprodutiva" aponta que as condições sociais vivenciadas por mulheres negras quilombolas as impedem de alcançar a autonomia reprodutiva. Parte disso se dá pelo fato de que suas vidas ainda são marcadas pela imposição de padrões sexistas de submissão aos companheiros. Além disso, a ausência de serviços de saúde acessíveis e especializados dificultam o acesso ao planejamento reprodutivo e as informações necessárias para alcançar o mesmo. Entretanto, esse estudo identificou uma

> diminuição da imposição masculina relatada pelas mulheres líderes quilombolas, especialmente, dentre àquelas que alcançaram a emancipação, seja pela independência financeira, seja pela participação política ou mesmo pelas mudanças dos padrões sociais. Estas conquistas representam avanços no que se refere à autonomia reprodutiva e mostram a possibilidade de saída da condição de submissão (FERNANDES *et al*., 2021, p. 8).

Ainda sobre os impactos que o racismo e o sexismo têm no âmbito da saúde, o artigo "Mulheres quilombolas e o itinerário de pesquisa de Paulo Freire" (DURAND**;** HEIDEMANN, 2020) destaca a dificuldade de acesso que essa população enfrenta para chegar aos serviços de saúde o que facilita a presença de agravos e coloca essas mulheres em posições de maior vulnerabilidade social. Além disso, neste estudo, os autores destacam a relação direta entre a Promoção da Saúde e os Determinantes Sociais da Saúde (DSS)

> os quais estão distribuídos em três níveis de atenção que interagem no alcance da equidade e bem-estar: fatores estruturais (trabalho, tributação e proteção social e políticas ambientais; governança; normas sociais e valores) posição social e os determinantes de estratificação (classe social, gênero, raça/etnia, educação, ocupação e renda) e os determinantes intermediários (as circunstâncias, comportamentos e fatores materiais biológicos, fatores psicossociais, sistema de cuidados de saúde). A ausência de um destes DSS de determinada comunidade, grupo ou indivíduo, vincula-se à vulnerabilidade como um pré-requisito ao ser saudável (DURAND; HEIDEMANN, 2020, p. 3).

É relevante destacar a presença, direta ou indireta, dos fatores referentes a raça e gênero em todos os níveis dos DSS, o que corrobora com os estudos que apontam que tais categorias de opressão estão diretamente relacionadas a saúde (física e mental) de mulheres negras quilombolas (SANTOS; NASCIMENTO, 2019).

Além da dificuldade de acesso à saúde, destaca-se a ausência de direitos e o difícil acesso à educação, ao trabalho e à terra como apontado por Ferreira *et al*. (2020). As autoras apontam que tais elementos funcionam como fronteiras entre a comunidade quilombola e "os de fora" à medida que

passam para os moradores da comunidade a sensação de não pertencimento à sociedade tendo em vista que não têm seus direitos garantidos.

No artigo "O imperativo de contar": uma pesquisa-ação com mulheres e crianças quilombolas", as autoras Urpia *et al.*, (2021) enfatizam a presença constante do racismo e do sexismo no dia a dia, nas escolhas e nos modos de vida das mulheres quilombolas. Neste estudo, são abordados os sofrimentos psíquicos causados pelas opressões e o resistir das mulheres neste contexto, destacando que o processo de resistência desse povo é atravessado pela politização do "ser uma mulher negra" e pelo pertencimento e reconhecimento de suas ancestralidades a partir do território. Dito de outra maneira, enquanto o racismo e o sexismo operam contra as mulheres, o fortalecimento da identidade surge como estratégia de resistência.

Apontando para o mesmo sentido, no estudo "Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de alagoas" os autores destacam que o quilombo pode ser um espaço de afirmação, de fortalecimento da identidade da mulher quilombola, entretanto, afirmam que a lógica de opressão do racismo e do sexismo estão reproduzidas também neste espaço (FERNANDES *et al.*, 2020). Os autores apontam que o sexismo opera naturalizando condições de subalternidade dentro dos quilombos, estruturando todo o funcionamento da comunidade e objetificando o corpo dessas mulheres.

Pereira *et al.* (2022) também chamam atenção para a reprodução destas categorias de opressão dentro dos quilombos. As autoras destacam que, com frequência, a luta das mulheres quilombolas por igualdade e até mesmo pelos direitos da própria comunidade são vistas como políticas. Além disso, apontam que dentre as consequências do racismo e do sexismo estão diferentes tipos de violência, o fortalecimento do colonialismo e a imposição de espaços de subalternidade. Como estratégia de resistência, as autoras destacam a importância da coletividade, do processo de união entre as mulheres quilombolas nos seus territórios que resultam na construção de uma rede de solidariedade e apoio.

No seu estudo, intitulado "Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas" a autora foca nas estratégias de resistência elaboradas pelas mulheres, tais como: fortalecimento da coletividade, da ancestralidade, o cuidado com a memória do povo, o retorno frequente a sua história de modo a evitar repetições, além de práticas contra coloniais e contra capitalistas. Entretanto, como destacado, sem romantizações, afinal, esse processo de fortalecimento do grupo é doloroso e atravessado por diferentes tipos de violências e romantizá-lo pode se tornar uma nova violência travestida de cuidado.

Por fim, encerramos a discussão abordando o processo de resistência às práticas de opressão a partir de Soares (2021, p. 523):

> Falar das resistências e lutas de mulheres quilombolas no Brasil de hoje não se realiza sem um rasgo no peito, sem uma ousadia em olhar para trás e ver, como nos ensina Lélia Gonzalez (2018), que a memória traz à tona o que a consciência esconde. Não se efetiva sem essa dialética que rompe por dentro um presente e faz aflorar uma memória que não cabe mais em um passado escondido no limbo da história.

JUNTANDOS AS PARTES E PENSANDO NO DEPOIS

A violência estrutural é compreendida como sinônimo da injustiça social e revela como as hierarquias sociais são estruturadas (BARBEIRO; MACHADO, 2010). Conforme Fernandes (2014, p. 180), adentrar em discussões em torno da violência estrutural, "[...] significa escrutinar os poderes de governação, nas diferentes escalas" e desconstruir trajetórias de invisibilização de pessoas que vivem em regimes de dominação e exploração (QUIJANO, 2009). A "nossa sociedade foi organizada com estruturas de dominação que não se esgotam só na situação econômica, mas em estruturas religiosas, políticas, pedagógicas, raciais, epistêmicas, espaciais, linguísticas, sexuais e de gênero" (GROSFOGUEL, 2019, p. 61). Dito de outra maneira, entrar em questões referentes ao racismo e ao sexismo escancara a discriminação vivenciada diariamente por essa parcela da população e todas as consequentes dificuldades por ela geradas. Além disso, cabe salientar que essas mulheres sentem os efeitos dessas opressões no acesso aos equipamentos de saúde e a práticas de prevenção e cuidado, como evidenciado por parte dos artigos desta revisão bibliográfica da literatura. Experiências discriminatórias estruturais ocasionam a manifestação de condições de saúde mental adversas como, por exemplo, sintomas depressivos, ansiedade e diminuição do bem-estar subjetivo, entre outras (BASTOS; FAERSTEIN, 2012).

Outro ponto que merece atenção é o fato de que, apesar de ficarem evidenciados nos artigos os fenômenos do racismo e do sexismo como estruturas adoecedoras presentes na vivencia dessas mulheres, os estudos pouco exploram as diferentes conceituações e significados possíveis sobre esses fenômenos, o que dificulta o acesso a compressão aprofundada e complexa deles. O artigo "Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra: uma investigação sobre sororidade e ocupação" onde Pereira *et al.*, (2022) avaliam a insurgência das mulheres quilombolas a partir da peculiaridade da sororidade, *dororidade* e disparidade de gênero nas ocupações de mulheres quilombolas é um exemplo. As autoras em nenhum momento abordam as conceituações ou os significados dos termos, ainda que o estudo seja diretamente ligado a eles. O mesmo ocorre no artigo "O imperativo de contar": uma pesquisa-ação com mulheres e crianças quilombolas" onde as autoras Urpia *et al*., (2021) trazem a narrativa de duas mulheres negras quilombolas e migrantes abordando os efeitos adoecedores desses

fenômenos no processo de existência dessas mulheres sem, ao longo do texto, explanar que significado elas atribuem aos fenômenos.

Ademais, chamo atenção para o fato de ainda termos poucos estudos acerca desses fenômenos de maneira direcionada especificamente a mulheres negras quilombolas, afinal, entre produções em português, inglês e espanhol a partir de três indexadores diferentes foram encontrados apenas 22 estudos em um período de 20 anos dentro dos critérios de inclusão deste estudo sinalizando a necessidade de fomentar discussões acerca dessa população historicamente vulnerabilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados evidenciaram, que o racismo e o sexismo atravessam as experiências de vida de mulheres quilombolas de maneira contundente e diversa indo desde dificultar o acesso aos equipamentos e serviços de saúde a dificuldades referentes a desigualdades de gênero dentro e fora do quilombo.

Percebe-se que tais marcadores de opressão agem de maneira interseccional e colocam essas mulheres em espaços de vulnerabilidade e exclusão. Além disso, destaca-se o fato destes marcadores de opressão terem a violência e a imposição de espaços de subalternidade como suas principais consequências fortalecendo o colonialismo.

A análise histórica e contextual crítica realizada a partir desta revisão bibliográfica de literatura nos permitiu comprovar que são as mulheres negras quilombolas as mais afetadas por diferentes formas de violência estrutural, a exemplo do racismo e do sexismo. Além disso, a produção científica se faz necessária para embasar a elaboração de políticas sociais, pois são as maiores aliadas das mulheres no enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e classe.

Destaca-se também a importancia da união como estratégia de resistência de mulheres quilombolas. É por meio da coletividade que essas mulheres constroem espaços de solidariedade, cuidado e fortalecimento.

Evidencia-se ainda, que ainda há poucos estudos publicados que abordem de forma específica e central contextos de desigualdade de gênero e raça entendendo o contexto específico vivenciado por mulheres negras quilombolas. Os estudos analisados trazem o racismo e, principalmente o sexismo, de modo individual e superficial, limitando as analises das suas consquencias e embasamento de políticas sociais efetivas para modificar a realidade dessa população.

No que se refere à relevância do presente estudo, destaca-se o fato deste estudo estar focado especificamente no contexto, nas vivências de mulheres quilombolas sendo, portanto, uma coleta de

dados central no desenvolvimento de futuras pesquisas, pois pode proporcionar a elaboração de estratégias de cuidado específicas, de resistência e de diminuição dos problemas que vulnerabilizam as mulheres quilombolas. Assim, pode-se compreender as particularidades referentes aos fenômenos interseccionados nos processos de existência e de resistência de mulheres negras quilombolas.

Desse modo, destaca-se a necessidade de maior investigação acerca da estrutura de funcionamento dos marcadores de opressão racismo e sexismo nas experiências de vida de mulheres quilombolas. Assim, ficará cada vez mais evidenciada a necessidade da elaboração de políticas públicas de proteção e cuidado a mulheres quilombolas.

Como limitações, destaca-se o fato deste estudo ter sido em três das bases indexadoras existentes existindo a possibilidade de algum estudo ter ficado fora desta análise. Além disso, por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, o alcance referente a como esses marcadores de opressão incidem na vida das mulheres quilombolas fica restrito ao que foi produzido por outros pesquisadores, não tendo tido o momento de ouvir, diretamente das mulheres quilombolas, o que sentem e o que vivenciaram no que diz respeito a situações de racismo e/ou sexismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Editora Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

AMORIM, A. K. F. *et al*. "Preconceitos que se Cruzam: A Relação entre o Racismo, Sexiamo e Valores". **Psico-USF**, vol. 26, n. 2, 2021.

BRAMBILLA, B. B. "Estado patriarcal e políticas para mulheres: da luta pela equidade de gênero ao caso de polícia". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2020.

CERQUEIRA, D. *et al*. **Atlas da Violência - 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CRUZ, T. A. "Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente". **Estudos Feministas**, vol. 18, n. 3, 2010.

DEALDINA, S. S. **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

DURAND, M. K.; HEIDEMANN, I. T. S. B. "Mulheres Quilombolas e o Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire". **Texto e Contexto Enfermagem**, vol. 29, 2020.

FERNANDES, E. T. B. S. *et al*. "Autonomia na saúde reprodutiva de mulheres quilombolas e fatores associados". **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 73, n. 4, 2020.

FERNANDES, S. L. *et al*. "Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de Alagoas". **Psicologia em Estudo**, vol. 25, 2020.

HOOKS, B. **Ain't I a Woman? Black women and feminism**. New York: Routledge, 2015.

MARQUES, G. C. M. *et al*. "Transmissão intergeracional entre mães e filhas quilombolas: autonomia reprodutiva e fatores intervenientes". **Texto e Contexto Enfermagem**, vol. 31, 2022.

MOHER, D. *et al*. "Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement". **Annals of Internal Medicine**, vol. 151, 2009.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, A. "Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira". *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Editora Selo Negro, 2019.

NASCIMENTO, V. B. *et al*. "Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia". **Saúde e Sociedade**, vol. 31, n. 3, 2022.

PAGE, M. *et al*. "The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews". **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 31, n. 2, 2022.

PEREIRA, A. S. *et al*. "Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra: uma investigação sobre sororidade e ocupação". **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 30, 2022.

RISCADO, J. L. S. *et al*. "Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/AIDS em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas". **Saúde e Sociedade**, vol. 19, n. 2, 2010.

SANTOS, A. N. S.; NASCIMENTO, E. R. "Proposições de cuidado cultural à enfermagem frente a aspectos da saúde reprodutiva de mulheres quilombolas". **Revista Baiana de Enfermagem**, vol. 33, 2019.

SILVA, P. O. *et al*. "Percepções e práticas intergeracionais de mulheres quilombolas sobre aleitamento materno e alimentação infantil". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 37, n. 10, 2021.

SOARES, M. R. P. "Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas". **Katálysis**, vol. 24, n. 3, 2021.

URPIA, A. M. O. *et al*. "O imperativo de contar: uma pesquisa-ação com mulheres e crianças quilombolas". **Educar em Revista**, vol. 37, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 51 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima